

RELATO Nº 072/2024-DIREN/DER-ES

À Diretoria Colegiada – DICOL/DER-ES

1. Identificação do Empreendimento:

Processo: 2022-7RWGR

Editais: RDC Eletrônico n.º 020/2023. Contratação Integrada. **CONSÓRCIO DM ES-080 - SAPUCAIA**, formado pelas empresas **D FERNANDES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** e **CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A**.

Objeto: Contratação de empresa ou Consórcio especializado na elaboração de projetos básico e executivo de engenharia e a execução das obras de implantação/pavimentação de rodovia no segmento entre o entroncamento da ES-080 (Contorno de Colatina), até o distrito de Sapucaia, com 10,90 km de extensão, sob circunscrição da SR-III/DER-ES.

Diretoria interessada: Diretoria de Obras de Infraestrutura Logística – DIREN/DER-ES.

Assunto: Regularidade formal da contratação em face do cumprimento das fases interna e externa do procedimento licitatório.

Base Legal: Lei n.º 12.462/2011. Regime Diferenciado de Contratação. Aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93.

2. Objeto do relato:

Deliberar quanto a conveniência e regularidade formal do procedimento para a contratação em referência e, sendo o caso, autorizar a celebração de contrato.

3. Relatório inicial:

Trata-se de manifestação do Superintendência Executiva Regional III – SR-III/DER-ES, e da Diretoria de Obras de Infraestrutura Logística – DIREN/DER-ES, solicitando os devidos expedientes para a deflagração de processo licitatório com vistas a contratação referenciada, apresentando, nos autos, as peças técnicas de anteprojeto de engenharia com a devida aprovação, conforme se lê às peças #29 e #103.

Diante da solicitação, tanto a Superintendência Executiva Regional III – SR-III/DER-ES, quanto a Gerência de Projetos de Infraestrutura Logística – GEPRI/DER-ES, trouxeram aos autos as informações técnicas necessárias ao início do trâmite interno do procedimento.

Após o impulso inicial, o processo tramitou pelos setores responsáveis por sua instrução técnica para, posteriormente, ser remetido à Unidade Executora de Controle Interno – UECI/DER-ES, com vistas à manifestação quanto aos aspectos econômicos, financeiros e orçamentários da contratação pretendida, nos termos da Avaliação Prévia UECI/DER-ES N.º 047-2023 juntada à peça #146.

Desta feita, em cumprimento à Lei Complementar N.º 926/2021, especialmente os artigos 11, 12 e 20, bem como à Resolução DER-ES 063/2023, especialmente os artigos 1, inciso VI; e o artigo 4.º, parágrafo 1.º, os autos foram remetidos pela Secretaria Executiva do DER-ES – SECEX/DER-ES, ao Sr.º Diretor de Obras de Infraestrutura Logística do DER-ES – DIREN/DER-ES para análise e elaboração de relatório conclusivo, visando apresentá-lo à Diretoria Colegiada do DER-ES - DICOL/DER-ES para deliberação quanto a conveniência e regularidade formal da contratação pretendida, para, por fim, autorizar, ou não a celebração do contrato.

4. Do impacto no prazo:

O prazo de vigência contratual terá início ao dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, e terá duração de 990 (novecentos e noventa) dias corridos, conforme item 7.1 do Edital de Licitação juntada à peça #602.

O prazo de execução total do objeto do presente Edital será de 810 (oitocentos e dez) dias corridos contados a partir da data indicada na Ordem de Início de execução dos serviços, conforme item 7.1.1 do Edital juntada à peça #602.

5. Do impacto no custo:

O Edital de Licitação prevê que os serviços serão executados de forma indireta sob o regime de contratação integrada, sendo o valor estimado para a licitação da ordem de R\$ 54.903.116,49 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e três mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), e o valor obtido pela vencedora do certame de R\$ 44.466.034,04 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trinta e quatro reais e quatro centavos), conforme Aviso de Homologação e Adjudicação, contido à peça #636.

6. Do orçamento:

A Gerência de Finanças, Orçamento e Arrecadação do DER-ES – GEFIN/DER-ES, juntou aos autos informações orçamentárias relativas à despesa que se pretende realizar, e outras informações pertinentes à disponibilidade orçamentária, conforme se verifica às peças #109 a #115, e às peças #120 a #125.

Com as informações da GEFIN/DER-ES sobre a disponibilidade orçamentária, o Senhor Diretor-executivo Geral do DER-ES, no uso de suas atribuições legais na qualidade de ordenador de despesas, e em observância ao preceituado nos incisos I e II do art. 16 da lei Complementar n.º 101/2000, declarou a existência de dotação orçamentária e financeira suficiente para as despesas decorrentes da pretensa contratação,

informando que os recursos para atendê-las no exercício de 2023, possuem compatibilidade com o Plano Plurianual, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes e estão incluídos no orçamento (LOA) do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo, bem como serão provenientes da Fonte 170400000 – Transferências da União Referentes a Compensação Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (ROYALTIES)/ 1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos (TESOURO), conforme se verifica à peça #127.

Vale registrar, no entanto, a necessidade de atualização tanto das informações financeiras, sendo necessária a juntada de nova Folha de Informação Orçamentária e, consequentemente, atualização da declaração de existência de dotação orçamentária e financeira suficiente para as despesas decorrentes da pretensa contratação, especialmente, em razão das informações lançadas na Folha de Informação Orçamentária – FIO à peça #109, que prevê o desembolso de recursos, também, para os exercícios de 2024 e 2025.

De perfunctória consulta aos autos, registra-se que a última manifestação da Gerência de Finanças e Arrecadação – GEFIN/DER-ES, bem como a Declaração trazida pela DIEGE/DER-ES, ocorreram em maio/2023 e, em que pese o comando para o a atualização das informações orçamentárias devidas, dado à peça #642, os autos foram remetidos à elaboração do Relatório sem a juntada das mesmas.

Necessária, desta maneira, sua atualização.

7. Da Unidade Executora de Controle Interno – UECI/DER-ES:

Enviados os autos à Unidade de Controle Interno do DER-ES - UECI/DER-ES para análise e manifestação quanto aos aspectos econômicos, financeiros e orçamentários da contratação pretendida, aquela setorial procedeu a elaboração da Avaliação Prévia – UECI/DER-ES N.º 047-2023, na qual fez apontamentos técnicos necessários de revisão ou correção para a regularização do procedimento licitatório ainda em sua fase interna, conforme se lê à peça #146.

De tais apontamentos, os autos foram encaminhados para a Superintendência Executiva Regional III – SRIII/DER-ES, para a Gerência de Projetos de Infraestrutura Logística – GEPRI/DER-ES e para a Gerência de Orçamento de Obras de Infraestrutura Logística – GEORC/DER-ES que, por sua vez, trouxeram aos autos os devidos esclarecimentos, nos termos que se lê às peças #154 a #169.

8. Da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo – PGE/ES:

Inicialmente, considerando os enunciados CPGE N.º 12 e 14, bem como os artigos 10, caput, e parágrafo 1.º da Resolução DER-ES N.º 063/2023, considerando que, há nos autos, manifestação expressa da Comissão Permanente de Licitação de Obras de Rodovias – CPL/RDC informando uso de Edital Padrão PGE, e que as modificações propostas não se tratam modificações que apresentam relevância jurídica, conforme se

lê à peça #172, não foi necessário o encaminhamento dos autos àquela Assessoria Jurídica, conforme as conclusões da DIEGE/DER-ES, neste mesmo sentido, à peça #193.

9. Da Inclusão do segmento no Sistema Rodoviário Estadual – SRE/ES:

Registra-se, por oportuno que, de breve análise dos autos, não foi possível identificar o segmento como sendo de responsabilidade estadual, no entanto, através de pesquisa própria na Imprensa Oficial, verificou-se que o trecho onde se pretende a realização das obras objeto desta contratação, se tratava, de fato, de estrada municipal não pavimentada, sendo, a partir da Lei 11.381/21, porém, transferido e incorporado à circunscrição estadual.

Sendo assim, importante o acréscimo destas informações aos autos do processo.

10. Do Diretor de Obras de Infraestrutura Logística – DIREN/DER-ES:

Informo, inicialmente, que o presente relatório tem por escopo análise e deliberação quanto à conveniência da contratação pretendida, bem como da regularidade formal do presente processo, para, por fim, autorizar, ou não, a celebração do contrato.

Registra-se que a análise se dá em relação ao procedimento licitatório em suas fases interna e externa, não sendo objeto de sua análise os termos da Minuta de Edital juntada à peça #602, haja vista que, há nos autos, declaração expressa de que tal minuta trata-se do padrão PGE/ES, nos termos autorizados pela Resolução DER-ES N.º 063/2023, artigo 10, *caput*, e parágrafo 1º.

As justificativas que ensejam a necessidade e demonstram a conveniência da contratação pretendida, estão descritas na manifestação do Sr. Superintendente Executivo Regional III e do Sr. Diretor de Obras de Infraestrutura Logística, conforme se lê às peças #29 e #103 respectivamente, além das peças técnicas e relatórios de projeto que pormenorizam as motivações da contratação, documentação que, conjuntamente, norteia e expressa o interesse público na feita.

Ainda em sua fase interna, o processo contou com a juntada de Minuta de Edital no padrão da Procuradoria Geral do Estado do Espírito, conforme se depreende das informações trazidas à peça #137.

Quanto a análise da auditoria interna, registro que a Resolução CONSECT N.º 038/2021, alterada pela Resolução CONSECT N.º 042/2022, determinou que remanesceria com as UECI's a realização das Avaliações Prévias, o que já consta nos registros lançados em tópico próprio.

Diante da regularização instrutória dos autos, concluindo, assim, a fase interna da licitação, o então Sr. Diretor-executivo Geral do DER-ES autorizou a deflagração da licitação com a devida publicação na imprensa oficial, conforme se lê à peça #128, respectivamente.

Inaugurada, então, sua fase externa, registro que, em detida leitura dos autos, se observa que o procedimento licitatório cumpriu os requisitos essenciais à sua regularidade, seja com a devida abertura de propostas e disputa de lances apresentadas pelas empresas interessadas em participar do Certame, conforme peças #250 a #260, seja com o recebimento da devida documentação contida às peças #261 a #541, além do julgamento das propostas de preço à peça #587.

Ademais, há nos autos Comunicação Interna da Comissão de Contratações de Obras e Serviços de Engenharia de Infraestrutura no Regime de Contratação Integrada – CCOSEI-RCI/DER-ES, com Relatório de Encerramento do RDC Eletrônico n.º 020/2023, conforme se lê à peça #625, donde podem ser colhidas todas as informações referentes ao procedimento em sua fase externa.

Vale registrar, por fim, que a instrução técnica de cada setor tem como premissa a veracidade e exatidão dos dados, informações, cálculos e valores, não cabendo a este relator a conferência de tais informações, nos termos do parágrafo 1.º, do artigo 5.º da Resolução DICOL/DER-ES 063/2023.

É o breve Relatório.

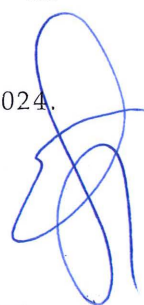
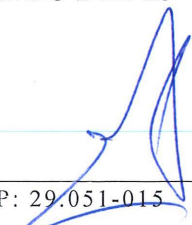
Feitas então estas considerações, as quais podem ser comprovadas com a análise dos autos, considerando toda instrução processual carreada pela Diretoria de Obras de Infraestrutura Logística – DIREN/DER-ES na fase interna do procedimento licitatório, especialmente, quanto ao atendimento às recomendações da UECI/DER-ES e, considerando, ainda, a condução do procedimento pela Comissão Permanente de Licitação – CPL/RDC em sua fase externa, manifesto entendimento pela conveniência e regularidade formal da contratação do **CONSÓRCIO DM ES-080 - SAPUCAIA**, formado pelas empresas **D FERNANDES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** e **CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A**, com vistas a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia e a execução das obras de implantação/pavimentação de rodovia no segmento entre o entroncamento da ES-080 (Contorno de Colatina), até o distrito de Sapucaia (Marilândia), com 10,90 km de extensão, sob circunscrição da SR-III/DER-ES, **desde que sejam cumpridos os requisitos da Instrução de Serviço N.º 005-N, de 2023.**

Vitória, 4 de junho de 2024.



Jeferson Garcia Lima

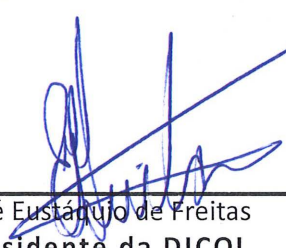
DIRETOR SETORIAL – DIRETORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO DER-ES –
DIREN/DER-ES



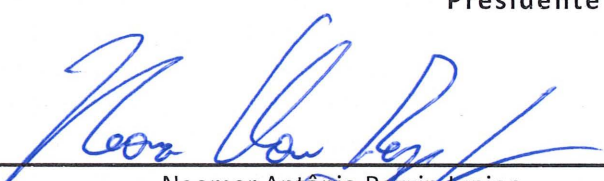
RELATO Nº 072/2024-DIREN/DER-ES

RESOLUÇÃO DICOL Nº 72/2024

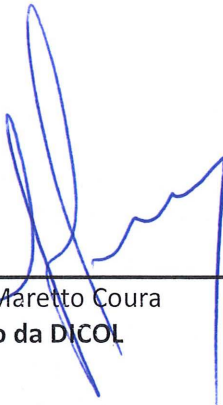
Em conformidade com o Relato supramencionado, exposto pelo Diretor Setorial da Diretoria de Obras de Infraestrutura Logística do DER-ES, que fundamentou o mesmo com base nos documentos elaborados pela diretoria interessada, a Diretoria Colegiada desta Autarquia **RESOLVE**: Aprovar, por unanimidade, o assunto constante no Relato nº 072/2024-DIREN/DER-ES, inserto nos autos 2022-7RWGR, o qual foi incluído na Ata da 18ª Reunião da DICOL realizada no dia 4/6/2024.



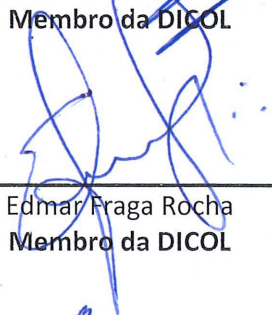
José Eustáquio de Freitas
Presidente da DICOL



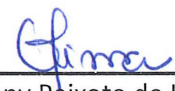
Neomar Antônio Pezzin Junior
Membro da DICOL



Luiz Cesar Marento Coura
Membro da DICOL



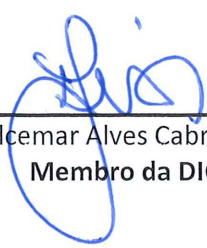
Edmar Fraga Rocha
Membro da DICOL



Charleny Peixoto de Lima
Membro da DICOL



Jefferson Garcia Lima
Membro da DICOL



Nilcemar Alves Cabral Junior
Membro da DICOL